



COLINA DO SOL
PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

**&
Relatório dos Auditores Independentes**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
COLINA DO SOL PARTICIPAÇÕES S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COLINA DO SOL PARTICIPAÇÕES S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COLINA DO SOL PARTICIPAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **COLINA DO SOL PARTICIPAÇÕES S.A.** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cabeceiras (GO), 17 de abril de 2026.



UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1 CVM 6785
CLAUDINEI DALLASTRA
Contador CRC DF 16037/O

COLINA DO SOL PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ - 47.846.975/0001-07
NIRE - 31300149242

Demonstração Financeira Consolidada
Fimdo em 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ 1,00

Balanco Patrimonial											
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025		2024		DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado		
ATIVO		140.892.705	8.940	161.204.225	149.654.618	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		140.892.705	8.940	161.204.225	149.654.618
Ativo Circulante		10.022.040	8.940	97.387.618	87.450.627	Passivo Circulante		3.735	51	16.077.555	23.818.142
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	10.022.040	8.940	34.116.898	23.254.639	Fornecedores	14	-	-	2.870.468	8.077.888
Contas a Receber	7	-	-	1.602.498	9.494.000	Salários e Obrigação	15	-	-	1.136.004	1.205.278
Impostos a Recuperar/Compensar		-	-	519.960	324.030	Obrigações Fiscais	16	3.735	51	660.371	737.582
Outros Créditos		-	-	328.949	1.548.978	Empréstimos e Finais	17	-	-	1.265.884	2.376.858
Adiantamentos	12	-	-	4.321.691	6.692.878	Adiantamento Recebidos		-	-	15.211	-
Estoques	8	-	-	56.481.187	46.110.702	Lucros Distribuidos a Pagar		-	-	6.486.451	8.823.086
Despesas Antecipadas		-	-	16.435	25.400	Outras Obrigações	12	-	-	3.643.166	2.997.450
Ativo Não Circulante		130.870.665	-	63.816.607	62.203.991	Passivo Não Circulante		93.749.356	-	97.978.296	6.767.674
Realizável a Longo Prazo		42.818.930	-	1.120.918	4.064.159	Empréstimos e Finais	17	-	-	1.893.647	4.400.985
Dep. Judiciais e Cauções		-	-	298	298	Quotas de Consorci	12	-	-	2.127.750	2.166.689
Operações com Consorcios		-	-	1.120.620	4.063.861	Conting. Fiscais e Ti	11	-	-	200.000	200.000
Lucros de Investimentos a Receber	9	42.818.930	-	-	-	Lucros Distribuidos	18a	93.749.356	-	93.756.899	-
Investimentos	10	88.051.735	-	-	-	Patrimônio Líquido	18	47.139.614	8.889	47.148.374	119.068.802
Imobilizado	13	-	-	62.685.099	58.139.832	Capital Social		45.649.000	12.000	45.649.000	45.652.000
Intangível		-	-	10.590	-	Reserva Legal		1.490.614	-	1.490.614	6.428.911
						Reserva de Capital		-	-	-	25.267.782
						Reserva de Lucros		-	-	-	41.723.220
						Prejuízos Acumulados		-	(3.111)	-	(3.111)
						Participação de não controladores		-	-	8.760	-

Demonstração do Resultado do Exercício											
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025		2024		DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025		2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado		
Receita Operacional Bruta	19	-	-	89.061.038	73.426.756						
(-) Deduções da Receita Bruta	21	-	-	(1.072.733)	(71.329)						
Receita Operacional Líquida		-	-	87.988.305	73.355.427						
(-) Custos dos Produtos Vendidos	20	-	-	(29.866.841)	(37.618.775)						
Lucro Operacional Bruto		-	-	58.121.464	35.736.652						
Despesas/Receitas Operacionais		(2.544)	-	(26.919.379)	(7.784.160)						
(-) Despesas com Pessoal		-	-	(1.612.677)	(1.230.885)						
(-) Despesas com Materiais		-	-	(2.008.792)	(576.503)						
(-) Despesas com Serviços		(180)	-	(2.646.881)	(2.588.841)						
(-) Despesas com Locações		-	-	(1.640.434)	(240.281)						
(-) Despesas com Depreciação		-	-	(2.237.152)	(2.777.391)						
(+) Outras Receitas		-	-	872.154	11.117						
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas		(2.364)	-	(17.645.597)	(381.376)						
Resultado Operacional antes das Rec./Desp. Financeiras		(2.544)	-	31.202.085	27.952.492						
Resultado Financeiro	22	16.029	(35)	3.074.044	1.421.969						
(+) Receitas Financeiras		16.956	838	5.354.686	2.892.085						
(-) Despesas Financeiras		(927)	(873)	(2.280.642)	(1.470.116)						
(+/-) Resultado de Participações Societárias	23	29.802.867	-	-	-						
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ	24	29.816.353	(35)	34.276.129,34	29.374.461						
(-) Provisão para Imposto de Renda		(2.543)	(126)	(2.769.723)	(2.157.662)						
(-) Provisão para Contribuição Social		(1.526)	(75)	(1.690.585)	(1.049.764)						
Lucro Líquido do Exercício		29.812.283	(236)	29.815.821	26.167.035						
Resultado atribuído aos:											
Acionistas controladores		29.812.283	(236)	29.812.283	26.167.035						
Acionistas não controladores		-	-	3.538	-						
Lucro líquido do exercício		29.812.283	(236)	29.815.821	26.167.035						
Resultado por ação:											
Resultado por ação - básico		0,6532051573	(0,0000051683)	0,6532826681	0,5733355635						
Resultado por ação - diluído		0,6532051573	(0,0000051683)	0,6532826681	0,5733355635						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA
Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO
Contador

AGROPECUARIA COLINA DO SOL S.A.

CNPJ - 47.846.975/0001-07

NIRE 31300149242

Demonstração Financeira Consolidada Fimdo em 31 de dezembro de 2025 Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Descrição das Atividades	2025		2024	
	Controladora Colina do sol	Consolidado	Controladora Colina do sol	Consolidado
Das atividades operacionais				
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	29.816.353	(35)	34.276.129	29.374.461
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	-	-	2.237.152	2.777.391
Superveniências (Ativas) e Passivas	-	-	(351.253)	34.983
Variação (Ativas) e Passivas no valor justo de ativos biológicos	-	-	(637.019)	-
(Ganho) Perda de ativos	-	-	1.023.624	-
(Ganho) Perda na alienação de bens	-	-	23.869	(3.000)
Despesa de juros	-	-	1.144.353	793.397
Resultado de investimentos avaliados pelo MEP	(29.802.867)	-	-	-
	13.485	(35)	37.716.854	32.977.232
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em Clientes	-	-	7.891.502	(7.165.048)
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	-	-	(195.930)	(324.030)
(Aumento) redução em Adiantamentos	-	-	2.371.187	(4.455.659)
(Aumento) redução em Estoques	-	-	(10.266.319)	982.695
(Aumento) redução em Outros ativos circulantes e não circulantes	-	-	4.172.235	(3.619.811)
Aumento (redução) em Fomecedores	-	-	(5.207.420)	5.713.650
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	-	-	(69.274)	221.520
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	-	-	(8.908)	(47.808)
IRPJ e CSLL pagos	(385)	(178)	(4.528.611)	(3.526.203)
Aumento (redução) em juros a pagar	-	-	(1.144.353)	(793.397)
Aumento (redução) em Outros Adiantamento	-	-	15.211	(126.823)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	-	-	(2.336.135)	8.816.107
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	13.100	(212)	28.410.038	28.652.426
Das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(7.211.582)	(6.873.087)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	-	-	87.000	3.000
Baixa de imobilizados	-	-	41.195	-
Aquisição de investimentos	(119.043.981)	-	-	-
Baixa de investimentos	-	-	-	-
Dividendos de Investidas Avaliados pelo MEP	10.000.000	-	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(109.043.981)	-	(7.083.387)	(6.870.087)
Das atividades de financiamentos				
Integralização de Capital Social	45.637.000	-	-	-
Redução de Capital Social	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-	-	(7.979.350)	(8.973.086)
Aumento (redução) L. Acum. de Investmesntos	73.406.981	-	-	-
Aumento (redução) de Consórcios	-	-	1.133.270	2.149.324
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	-	-	(3.618.312)	(4.379.802)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	119.043.981	-	(10.464.392)	(11.203.564)
Fluxo de caixa total	10.013.100	(212)	10.862.259	10.578.775
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades				
No início do exercício	8.940	9.153	23.254.639	12.675.865
No fim do exercício	10.022.040	8.940	34.116.898	23.254.639
Aumento (redução) nas disponibilidades	10.013.100	(212)	10.862.259	10.578.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA
Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO
Contador

AGROPECUARIA COLINA DO SOL S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

CNPJ - 47.846.975/0001-07

Demonstração Financeira Consolidada

Valores em R\$ 1,00

	Controladora		Consolidado					
	2.025	2.024	2.025	2.024				
Receitas								
Da Atividade agropecuária	-	-	89.061.038	73.426.756				
Outras receitas (despesas)	-	-	(12.322.626)	(23.866)				
	-	-	76.738.412	73.402.890				
Insumos adquiridos de terceiros								
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	(29.866.842)	(37.618.775)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(1.107)	(873)	(5.932.823)	(3.875.288)				
	(1.107)	(873)	(35.799.664)	(41.494.063)				
Retenções								
Depreciação, amortização e exaustão	-	-	(2.237.152)	(2.777.391)				
Valor adicionado líquido gerado	(1.107)	(873)	38.701.596	29.131.436				
Valor adicionado recebido em transferência								
Receitas financeiras	16.956	838	5.354.686	2.892.085				
Resultado de Equivalência Patrimonial	29.802.867	-	-	-				
	29.819.824	838	5.354.686	2.892.085				
Valor adicionado total a distribuir	29.818.716	(35)	44.056.282	32.023.521				
Distribuição do valor adicionado								
Empregados	-	0,00%	-	0,00%	1.352.937	3,07%	1.029.913	0%
Salários e encargos	0	0	1.352.937	1.029.913				
Impostos, taxas e contribuições	6.433	0,02%	201	-580,16%	10.102.738	22,93%	3.792.895	0%
Tributos Federais	4.069	201	5.014.213	3.502.193				
Tributos Estaduais	2.363	0	5.086.709	273.068				
Tributos Municipais	0	0	1.816	17.634				
Financiadores	-	0,00%	-	0,00%	2.784.786	6,32%	1.033.678	0%
Juros	0	0	1.144.353	793.397				
Aluguéis	0	0	1.640.433	240.281				
Acionistas	29.812.283	99,98%	(236)	680,16%	29.815.821	67,68%	26.167.035	0%
Distribuição de lucros	29.812.283	0	29.815.821	8.973.086				
Lucros retidos do exercício	0	-236	0	17.193.949				
Valor adicionado total distribuído	29.818.716	100%	(35)	100%	44.056.282	100%	32.023.521	0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA
Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO
Contador

AGROPECUARIA COLINA DO SOL S.A.

CNPJ - 47.846.975/0001-07

NIRE 31300149242

Demonstração Financeira Consolidada

Findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Atribuível aos acionistas controladores

Valores em R\$ 1,00

Transações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de Não controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	12.000	-	-	(2.875)	9.125	-	9.125
Lucro Líquido do Exercício				(236)	(236)	-	(236)
Destinações							
Reserva Legal							
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	12.000	-	-	(3.111)	8.889	-	8.889
Lucro Líquido do Exercício			29.812.283		29.812.283	3.538	29.815.821
Absorção de Prejuízos			(3.111)	3.111	-	-	-
Destinações							
Reserva Legal		1.490.614	(1.490.614)		-	-	-
Dividendos Propostos Lei nº 15.270/2025			(93.749.356)		(93.749.356)	(7.543)	(83.756.899)
Mudanças na participação em controladas							
Aquisição de participação de não controladores			65.430.798		111.067.798	12.765	111.080.563
Integralização de Capital							
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	45.649.000	1.490.614	-	-	47.139.614	8.760	47.148.374

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA

Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO

Contador

AGROPECUARIA COLINA DO SOL S.A.

CNPJ - 47.846.975/0001-07

NIRE 31300149242

Demonstração Financeira Consolidada Fundo em 31 de dezembro de 2025 Demonstração do Resultado Abrangente

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2.025	2.024
Lucro Líquido do exercício	29.812.283	(236)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Período	3.538	-
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
(+/-) Ganhos e perdas de instrumentos de hedge	-	-
Reversão de outros resultados abrangentes de exercícios anteriores	-	-
Participação de Não Controladores	3.538	-
	-	-
(=) Resultado Abrangente Total	29.815.821	(236)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA

Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO

Contador

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1.	Contexto Operacional..... 11
2.	Relação de Entidades Controladas 11
3.	Apresentação das Demonstrações Financeiras..... 11
4.	Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação 12
Políticas Contábeis	
5.	Principais Práticas e Estimativas Contábeis 12
Ativos	
6.	Caixa e Equivalentes de Caixa 15
7.	Contas a Receber 16
8.	Estoques..... 16
9.	Lucros de Investimentos a Receber 17
10.	Investimentos 17
11.	Contingências Trabalhistas 18
12.	Quotas de Consórcio (adiantamentos)..... 18
13.	Imobilizado 18
Passivo e Patrimônio Líquido	
14.	Fornecedores 19
15.	Salários e Obrigações Sociais..... 19
16.	Obrigações Fiscais 20
17.	Empréstimos e Financiamentos 20
18.	Patrimônio Líquido 20
Outras Informações	
19.	Receitas 21
20.	Custo dos Produtos Vendidos..... 21
21.	Dedução de tributos sobre a receita 21
22.	Resultado Financeiro 22
23.	Resultado de participações societárias 22
24.	Aspectos Tributários 22
25.	Projeção de Produtividade e Área por Cultura 23
26.	Cobertura de Seguros..... 23
27.	Partes Relacionadas 24
28.	Evento Subsequente..... 24
29.	Auditores Independentes..... 24
30.	Certificação 24
31.	Política Ambiental 25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2025.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Colina do Sol Participações Societárias S/A é uma pessoa jurídica de direito privado de fins lucrativos, holding pura, criada exclusivamente para deter de participação no capital de outras empresas, sem exercer atividade operacional, comercial ou de prestação de serviços. O foco da companhia é na gestão de ativos e recebimento de lucros e dividendos das oriundos de suas participações.

Inicialmente a Sociedade foi constituída com objetivo de exploração agropecuária, mas considerando decisões técnicas e estratégicas, em dezembro de 2025 entre outras coisas foi deliberado a alteração do objeto social.

b. Áreas de Negócios.

A Colina do Sol Participações Societárias S/A possui como participação societária, como acionista ou quotista.

NOTA 2. Relação de Entidades Controladas

Segue abaixo a participação da Controladora na data findo do balanço.

<u>Controladas</u>	<u>Participação</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Agropecuária Vertente S/A	99,98%	0,00%
Agropecuária 1979 Ltda	100,00%	0,00%
1979 Cafés Especiais Ltda	100,00%	0,00%

- Agropecuária Vertente S/A, constituída em novembro de 2014, sediada no município de Cabeceiras/GO, com objetivo social a exploração da atividade agropecuária (Cultivo de Café), o arrendamento de terras, equipamentos e benfeitorias próprias, e a compra e venda de imóveis próprios.
- Agropecuária 1979 Ltda., construída em maio de 2025, sediada no município de Cabeceiras/GO, com atividades de exploração pecuária e agrícola; comércio de animais; inseminação e reprodução de animais; e arrendamento de terras, equipamentos e benfeitorias próprias.
- 1979 Cafés Especiais Ltda., constituída em outubro de 2025, sediada no município de Cabeceiras/GO com atividades de torrefação e moagem de café; beneficiamento de café; fabricação e comércio de café torrado, moído e solúvel; comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios; importação e exportação de café.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com NBC TG 1001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe sobre a contabilidade para pequenas empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicadas para o porte da sociedade.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Colina do Sol Participações Societárias S/A no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos da Seção 7 da NBC TG 1001.

A DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado – preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação.

Em conformidade com a Seção 32 da NBC TG 1001 (evento subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2026, desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:

a. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pela competência, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, são calculados com base nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis trimestrais, sobre os excedentes a R\$60.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

c. Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

d. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com a Seção 23 na NBC TG 1001, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo a Seção 23 na NBC TG 1001, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2025, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 17.

e. Remuneração dos Acionistas.

Houve no decorrer do exercício de 2025 remuneração aos acionistas na forma de provisionamento de dividendos no montante de R\$ 65.430.798,18 para serem liquidados até dezembro de 2028 (nota 16a).

f. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 13.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2025 não indicou a necessidade de ajustes por redução ao valor recuperável de ativos.

h. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes, tributos a recuperar, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e obrigações fiscais, estejam próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

i. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

j. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6)
- iii. Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da

Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. *Fornecedores*: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 14).

- v. *Financiamentos e Empréstimos*: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 17).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e 2024. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem os saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.i.

Disponibilidades	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	-	-	2.336	2.078
Bcos C/Movimento	1	30	22.364	46.468
Aplicações Financeiras	10.022.039	8.910	34.092.178	23.206.093
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.022.040	8.940	34.116.878	23.254.639

Aplicações Financeiras.

As aplicações financeiras são compostas basicamente de Fundos de Renda Fixa, remunerados por taxas que variam em média em 31/12/2025 até 100% do CDI. A Companhia ao gerenciar o capital aplicado tem por objetivo resguardar a habilidade de sua

NOTA 11. Contingências Trabalhistas.

A Controladora não é parte em processos judiciais de qualquer natureza, classificados como de possível perda que geram passivos contingentes na data do encerramento das demonstrações financeiras individuais.

A controlada, Agropecuária Vertente S/A, possui processos de natureza trabalhista, referente a reclamações individuais, envolvendo riscos de perda classificados como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão no montante estimado de R\$200.000,00. Classificado como possível, o processo 0001950-93.2025.5.18.0211 junto ao TRT 18 (Goiânia/GO).

NOTA 12. Quotas de Consórcio (adiantamentos).

Os saldos das contas de Quotas de Consórcio estão reconhecidos a valor presente, uma vez que são reajustadas conforme a variação do preço do bem de referência. A controlada Agropecuária Vertente S/A detém Quotas de Consórcio para aquisição de bens destinados ao Ativo Imobilizado, conforme demonstra-se a seguir.

As parcelas das Quotas de Consórcio pagas antes da contemplação, constituem Adiantamentos de Consórcio e são contabilizadas como adiantamentos no Ativo Circulante, na data findo 31/12/2025 monta o saldo de R\$2.207.386 (2024 R\$1.249.029). Os reajustes ocorridos nesta fase do Consórcio constituem custo adicional do bem, e assim são registrados como Adiantamentos de Consórcio, juntamente com a prestações pagas.

As Quotas de Consórcio contempladas, mas que ainda não foram destinadas a aquisição do Ativo Imobilizado, são classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo, enquanto não convertidas em bens. Em 31/12/2025 monta o saldo de R\$1.120.620 (2024 R\$4.063.861).

A obrigação financeira, junto a Administradora de Consórcio, que é constituída por Quotas de Consórcio contempladas e convertidas ou não em bens do Ativo Imobilizado, são classificadas no balanço como outras obrigações no Passivo Circulante ou no Exigível a Longo Prazo a depender do prazo para pagamento, na data findo 31/12/2025 monta o saldo de R\$2.984.036 classificados em outras obrigações no Circulante, em (2024 R\$1.938.820) e R\$2.166.689 (2024 R\$2.127.749) no Exigível a Longo Prazo.

Os reajustes das prestações, devidos após a contemplação das Quotas de Consórcio, são considerados como despesas operacionais, a título de variação monetária passiva.

Em média, a Taxa de Administração de Consórcio gira em torno de 11,83% a.a.

NOTA 13. Imobilizado.

Em conformidade com a Seção 17 da NBC TG 1001, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada. A composição consolidada do saldo do ativo imobilizado, está demonstrada no quadro abaixo. Veja políticas contábeis na nota explicativa 5.f.

NOTA 16. Obrigações Fiscais.

Referem-se a obrigações fiscais (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado e receitas) e retenções incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado e prestações de serviços de pessoas jurídicas e físicas.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributos s/Lucro e Receitas	3.735	51	611.207	667.705
Retenções s/Fornecedores	-	-	8.938	20.123
Retenções s/Salários	-	-	40.226	49.755
Total>>>>>	3.735	51	660.371	737.582

NOTA 17. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.v.

Na data do balanço em 31/12/2025, no Consolidado detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2025/2026 conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDES/FINAME	-	-	-	-	412.500	412.500	646.500	1.059.000
Bco. Bradesco S/A	-	-	-	-	-	-	852.910	1.030.787
BRB S/A	-	-	-	-	211.500	1.057.500	211.500	1.269.000
Bco. do Brasil	-	-	-	-	-	-	710	-
CEF	-	-	-	-	641.884	423.647	665.238	1.042.198
	-	-	-	-	1.265.884	1.893.647	2.376.858	4.400.985
	0	0	0	0	3.159.531	6.777.843		

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A controlada Agropecuária Vertente S/A fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

NOTA 18. Patrimônio Líquido.

O capital social da controladora, na data do balanço, pertencentes a pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 45.649.000 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O saldo de reserva legal atende ao art. 193 da lei 6.404/76. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2025	2024
Capital Social Integralizado	45.649.000	12.000
Reserva de Lucros	-	-
Reserva de Capital	-	-
Reserva Legal	1.490.614	-
Total	47.139.614	12.000

18a. Dividendos.

Aos detentores das ações do capital social são asseguradas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A companhia aprovou e distribuiu Lucros Acumulados no decorrer do exercício de 2025, em conformidade com o acordo de acionista e estatuto social, no montante total de R\$93.749.356,21 (noventa e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte um centavos) provisionados para serem liquidados até dezembro de 2028, respeitando o estabelecido na Lei 15.270/2025 na qual trata entre outras coisas sobre a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas.

NOTA 19. Receita Bruta.

Abaixo, quadro detalhando as receitas operacionais brutas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.d.

Demonstrativo das Receitas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Semoventes - Bovinos para Corte	-	-	1.590.187	-
Milho a Granel e/ou em Espiga	-	-	-	-
Café Arábica em Grãos	-	-	70.029.440	68.817.354
Feijão em Grãos	-	-	235.000	-
Soja em Grãos	-	-	7.441.842	-
Algodão	-	-	9.042.171	4.609.402
Sorgo	-	-	722.398	-
Ervilha	-	-	-	-
Abóbora	-	-	-	-
Arrendamento Rural	-	-	-	-
Total	-	-	89.061.038	73.426.756

NOTA 20. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido.

Os custos com a safra compreendem o preço de aquisição de insumos, salários e seus encargos e outros custos diretamente atribuíveis à produção e colheita.

Custos Produtos Vendidos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Semoventes - Bovinos para Corte	-	-	1.158.884	-
Café Arábica em Grãos	-	-	20.183.662	34.403.746
Feijão em Grãos	-	-	38.484	-
Soja em Grãos	-	-	2.545.097	-
Algodão	-	-	5.071.668	3.215.029
Sorgo	-	-	869.047	-
Total	-	-	29.866.842	37.618.775

NOTA 21. Deduções Tributos Incidentes sobre a Receita.

a. Produtos Destinados à Exportação.

As vendas destinadas ao exterior realizadas pelas suas controladas, os tributos sobre o faturamento: PIS e COFINS possuem tributação Suspensa e o ICMS possui benefício da não tributação na sua efetiva exportação.

A controlada Agropecuária Vertente através de termo de acordo TARE junto a SEFAZ/GO, está credenciada a promover saída com fim específico de exportação de café cru sem destaque do ICMS.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno realizadas pelas controladas, são reguladas por normas distintas de tributação:

- Competência:* Estaduais e Federais.

- ii. *Destino:* Dentro do estado de Goiás ou outra unidade da Federação.
- iii. *Destinatário:* Pessoa física ou jurídica, se indústria, comércio ou produtor rural.

Em geral, as vendas no mercado interno, seguem as seguintes regras fiscais:

- i. Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.
- ii. O ICMS é cobrado a alíquota de 19% para as operações internas e 12% para as operações para outra unidade da federação.
- iii. As operações internas com venda de gado, soja e café são isentas da cobrança do ICMS.

A Controlada Agropecuária Vertente é credenciada Junto a SEFAZ/GO a promover operações interestaduais sem o recolhimento antecipado do ICMS.

NOTA 22. Resultado De Participações Societárias.

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com saldo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento/Controlada	% de Participação	Capital social	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Participação no patrimônio líquido	2025	2024
						Resultado da equivalência patrimonial	Resultado da equivalência patrimonial
Agropecuária Vertente S/A	99,98%	17.031.961	49.733.001	20.086.950	49.724.241	20.083.412	-
Agropecuária 1979 Ltda	100,00%	28.502.039	38.223.391	9.721.352	38.223.391	9.721.352	-
1979 Cafés Especiais Ltda	100,00%	106.000	104.103	(1.897)	104.103	(1.897)	-
Total		45.640.000	88.060.495	29.806.406	88.051.735	29.802.867	-

NOTA 23. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	16.956	838	4.910.892	2.762.762
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	-	-	53.122	43.467
Variações Monetárias Ativas	-	-	390.672	85.856
Juros e Encargos s/Fornecedores	-	-	(1.464)	(1.518)
Juros e Encargos s/Empréstimos e Financiamentos	-	-	(1.144.353)	(1.163.855)
Desc. Concedidos e/ou Desp/Perda Aplic. Financeiras	(927)	(873)	(280.938)	(150.877)
Variações Monetárias Passivas	-	-	(263.680)	(153.866)
Desp. na Aquisição de Consórcio	-	-	(590.207)	-
Total	16.029	(35)	3.074.044	1.421.969

NOTA 24. Aspectos Tributários.

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2025 e 2024 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido é adequado à legislação fiscal e favorável ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

	CONTROLADORA			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais				
Receita de venda de produtos agropecuários	-	-	-	-
Receita de arrendamento	-	-	-	-
Alíquota aplicada sobre a receita (presunção)	8%	12%	8%	12%
Resultado da aplicação da alíquota sobre a receita	-	-	-	-
Demais receitas e ganhos de capital	16.956	16.956	838	838
Base de cálculo	16.956	16.956	838	838
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.543)	(1.526)	(126)	(75)
Alíquota efetiva	24,00%		24,00%	

	CONSOLIDADO			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais				
Receita de venda de produtos agropecuários	88.843.931	88.843.931	73.426.744	73.426.744
Receita de arrendamento	-	-	-	-
Alíquota aplicada sobre a receita (presunção)	8%	12%	8%	12%
Resultado da aplicação da alíquota sobre a receita	7.107.515	10.661.272	5.874.140	8.811.209
Demais receitas e ganhos de capital	5.198.856	5.198.856	2.852.842	2.852.842
Base de cálculo	12.306.371	15.860.128	8.726.981	11.664.051
Alíquota	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.769.723)	(1.690.585)	(2.157.662)	(1.049.765)
Alíquota efetiva	4,74%		4,20%	

NOTA 25. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.

A seguir, apresentamos a nossa estimativa atual da área prevista para plantio do ano safra 2025/2026 e expectativas de colheita. A área estimada para a safra 2025/26 nas controladas é de XXX mil hectares.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Consolidado			
			Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada (Sc)	Unidade de Medida	Previsão de Colheita
Café	1.556	2004 à 2022	47,0	73.132	SC	Abr a Set/2026
Soja	1.338	Out/2025	60	80.280	SC	fev/26
Sorgo Silagem	160	Dez/2025 a Mar/2026	33	5.280	TON	Jul/2026
Pimentão	65	Abr/2026	5,5	358	TON	Jul/2026
Milheto	223	Abr/2026	15	3.345	SC	ago/26

A área plantada é com utilização do sistema de irrigação por pivot central e/ou gotejamento e sequeiro em áreas arrendadas.

NOTA 26. Cobertura de Seguros.

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para

cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/12/2025, a cobertura está assim contratada pelas controladas.

- i. **Seguro Modalidade Penhor Rural:** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante

NOTA 27. Partes Relacionadas.

De acordo com a Seção 33 da NBC TG 1001, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a transações entre empresas coligadas e controladas.

NOTA 28. Evento Subsequente.

Conflito no Oriente Médio

O conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã iniciado em março de 2026, criou um cenário de alta volatilidade e incerteza. Os principais riscos para o agro brasileiro, negócios no qual as controladas estão inseridas, concentram-se na elevação dos custos de produção (combustíveis e fertilizantes) e no risco logístico/sanções ao Irã. Apesar dos riscos, o setor demonstra resiliência devido a estoques de insumos e relações comerciais consolidadas, mas enfrenta queda nas exportações para a região.

Lei complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio. Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação e aplicáveis a Companhia, destacam-se:

- (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%;
- (ii) aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota padrão do regime não cumulativo de PIS e Cofins;
- (iii) vedação à apropriação de créditos de PIS e Cofins referentes ao adicional de 10% nas aquisições;
- (iv) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido; e

A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação e mensuração dos potenciais impactos decorrentes desse evento sobre suas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2026.

NOTA 29. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não está obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria das Demonstrações Financeiras.

NOTA 30. Certificação.

As Controladas Vertente e Agro 1979, são certificadas pelo Protocolo Guaxupé Planet Sustainable Coffee e Programa C.A.F.E. Practices e nos regulamentos 4C. Estes módulos contêm requisitos aplicáveis à produção de café e atividades de processamento até à obtenção do café verde e inclui elementos como: padrões para manutenção de registros; uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas e proteção de direitos trabalhistas, entre outros.

NOTA 31. Política Ambiental.

A Sociedade controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

Administração.**LÚCIO ABREU ROSA MIARI**

Diretor

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor

LUCAS MIARI DORNAS CARATA

Diretor

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador